

Notícias: junho a abril de 2014

Aberto processo seletivo para consultor em webdesign

O profissional contratado será responsável por atualizar o site do III Simpósio Nacional de Inventário Florestal pelo período de seis meses

Está aberto até a próxima segunda-feira, 23/06, o período de inscrições para candidatos interessados em trabalhar na atualização do site do III Simpósio Nacional de Inventário Florestal. A contratação será feita através da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e terá duração de seis meses, iniciando-se no dia 01/07.

Os candidatos à vaga devem possuir curso técnico de designer digital, publicidade ou webdesigner e experiência comprovada em pelo menos um projeto de sistema de informação baseado nas tecnologias Wordpress, Php, Codeigniter, MySQL, Apache e CentOS.

O site do III Simpósio Nacional de Inventário Florestal deverá basear-se no site da edição passada do evento. O espaço irá reunir informações sobre o Simpósio, que irá ocorrer de 09 a 12/11, em Manaus, e faz parte da estratégia de implantação do Inventário Florestal Nacional (IFN).

Para mais informações sobre a vaga e sobre o processo de contratação, [clique aqui](#) (Projeto: GCP/BRA/079/GFF - COMPONENTE 4).

Publicado: quarta-feira, 18 de junho de 2014, 14h13.

Serviço Florestal Brasileiro participa de VIII Encontro dos Povos do Cerrado

O evento aconteceu entre os dias 05 e 08/06, no complexo cultural Funarte, em Brasília



As ações do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) no bioma do Cerrado foram apresentadas no VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado. O evento aconteceu entre os dias 05 e 08/6, no Complexo Cultural Funarte, em Brasília-DF.

No estande do SFB foi exposta a metodologia que está sendo usada para fazer o Inventário Florestal Nacional (IFN). A iniciativa já foi realizada no Distrito Federal e a expectativa é que seja iniciada nos demais nove estados com ocorrência do bioma (GO, TO, MT, MS, BA, MG, SP, MA e PI) ainda este ano. As pesquisas que vem sendo desenvolvidas pelo Laboratório de Produtos Florestais (LPF) e os mapas do Cadastro Nacional de Florestas Públicas também chamaram a atenção dos visitantes.

Além do estande, o SFB esteve representado na mesa redonda “Assistência Técnica para a Agroecologia e Produtos para a Sociobiodiversidade”, realizada no dia 07/06. A coordenadora de Inclusão Produtiva, Sandra Afonso, esteve debatendo o tema, juntamente com o coordenador de formação da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Cassio Trovatto, e o secretário executivo da Articulação Nacional de Agroecologia, Dênis Monteiro.

Publicado: quarta-feira, 18 de junho de 2014, 14h06.

SFB lança II Prêmio em Estudos de Economia e Mercado Florestal

A segunda edição terá três categorias e distribuirá mais de R\$ 50 mil em prêmios entre os vencedores. Os trabalhos podem ser inscritos até o dia 17/10



Já estão abertas as inscrições para o II Prêmio em Estudos de Economia e Mercado Florestal. O prêmio é uma iniciativa do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e tem por objetivo estimular o desenvolvimento acadêmico do tema e gerar conhecimento sobre os desafios e as perspectivas do setor, além de disseminar iniciativas inovadoras de produção sustentável.

A primeira edição do prêmio, realizada no ano passado, contou com mais de 40 inscrições de graduandos e profissionais com atuação relacionada ao tema. Os

trabalhos inscritos foram integrados ao portfólio de estudos do órgão e estão contribuindo para o aprimoramento das atividades do SFB.

De acordo com André Andrade, gerente executivo de Planejamento Florestal, a novidade da edição deste ano é a inclusão de uma nova categoria, a de Estudos de Caso da Indústria Florestal. “Essa nova categoria tem um viés ainda mais aplicado, com ela queremos estimular a participação do setor empresarial e valorizar experiências concretas de inovação no processo produtivo”, explicou.

Além da categoria de Estudos de Caso, o II Prêmio conta com duas outras categorias: Graduando e Profissional. Nas três categorias, poderão concorrer trabalhos individuais ou em grupo de candidatos de qualquer nacionalidade, idade ou formação acadêmica. As inscrições vão até 17 de outubro de 2014.

II Prêmio em Estudos de Economia e Mercado Florestal é realizado em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF) e tem o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para consultar o regulamento e saber mais sobre o II Prêmio, [clique aqui](#).

Publicado: segunda-feira, 16 de junho de 2014, 14h16.

194 mil hectares da Flona do Crepori (PA) são concedidos para manejo sustentável

Com a assinatura dos contratos de concessão, o total de áreas federais destinadas ao manejo sustentável chega a 480 mil hectares



Duas unidades de manejo florestal (UMF) da Floresta Nacional do Crepori, sudoeste do Pará, foram concedidas para a empresa paraense Brasad'Oc Timber realizar atividades de manejo sustentável. A assinatura dos contratos foi realizada hoje (06/06) na sede do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em Brasília, e contou com a presença da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

As unidades de aproximadamente 134 e 60 mil hectares estão localizadas no município de Jacareacanga e a partir da operação das concessões poderão produzir mais de 100 mil metros cúbicos de madeira por ano. A estimativa é que sejam gerados até 380 empregos diretos quando as áreas entrarem em plena produção.

A ministra Izabella Teixeira enfatizou o impacto que a concessão florestal poderá trazer para a realidade do município. “Jacareacanga é um município coberto por unidades de conservação e terras indígenas e possui um dos menores IDH do país. Essas concessões podem influenciar a realidade do município”, afirmou.

Outro ponto destacado pela ministra foi a relação entre concessão e conservação ambiental. “A concessão ajuda a conservar. Valoriza a floresta em pé e leva desenvolvimento para áreas remotas”, concluiu.

O presidente do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), Roberto Vizentin, também relacionou as concessões florestais às estratégias de conservação. “Cada contrato assinado fortalece a relação virtuosa entre concessão e conservação da floresta”, afirmou.

De acordo com o diretor-geral substituto do SFB, Marcus Vinícius Alves, a concessão na Flona do Crepori contribuirá para o ordenamento territorial da região da BR 163 e para o desenvolvimento econômico da região. “A concessão florestal ainda é um trabalho inovador e pouco conhecido, mas é uma iniciativa fundamental para que a floresta tropical deixe de ser um passivo para tornar-se um ativo econômico do país”, afirmou.

Publicado: sexta-feira, 06 de junho de 2014, 14h20.

AVISO DE PAUTA: Floresta nacional do Pará será concedida para manejo florestal sustentável

Os contratos de concessão florestal de duas áreas da Floresta Nacional do Crepori, no Pará, serão assinados em cerimônia, nesta sexta-feira (06/06), na sede do SFB

Amanhã, 06/06, às 11h, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participa da cerimônia de assinatura dos contratos de concessão de unidades de manejo da Floresta Nacional do Crepori, localizada no sudoeste do Pará, na área de influência da BR 163. O evento será realizado no auditório do Cenaflor, na sede do Serviço Florestal Brasileiro, em Brasília-DF.

Os contratos serão assinados com a empresa paraense Brasad`Oc Timber que venceu o processo licitatório e estará autorizada a realizar o manejo florestal sustentável por 40 anos em duas unidades de manejo, de aproximadamente 135

mil e 60 mil hectares. Estima-se que a produção nas áreas ultrapasse os 100 mil metros cúbicos de madeira por ano, o que irá aumentar a oferta de madeira legal o mercado, além de contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

Publicado: quinta-feira, 05 de Junho de 2014, 14h26.

28ª Reunião da CGFLOP debate panorama econômico e novas áreas para concessão

A comissão é de natureza consultiva e se reúne duas vezes por ano para acompanhar a gestão das florestas públicas federais



A vigésima oitava reunião da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) foi realizada quarta-feira, 28/05, na sede do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em Brasília. A reunião teve como temas o panorama econômico do setor florestal e as áreas passíveis de concessão florestal previstas pelo Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2015, além de uma apresentação sobre uma nova tecnologia que vêm sendo testada pelo SFB para realizar o monitoramento das áreas sob concessão.

Em apresentação sobre o panorama econômico, foram destacados dados sobre a produtividade do setor madeireiro, exportações e variação de preços por espécies, bem como informações sobre a produtividade e empregos diretos gerados pelas concessões florestais na esfera federal.

Outro ponto importante da pauta do dia foi a apresentação do PAOF 2015, que de acordo com a Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/2006) deve ser submetido à apreciação da CGFLOP. De acordo com o documento 1,7 milhão de hectares de florestas públicas federais, nos estados do Pará, Amazonas e Rondônia, serão passíveis de manejo florestal no próximo ano.

A concessão de três unidades de manejo florestal (UMF) na Floresta Nacional de Caxiuanã, no Pará, próxima ao município de Portel, também foi debatida pelos membros da comissão. De acordo com apresentação do SFB, as três UMF, que somam 180 mil hectares, devem ser as próximas áreas a ter o processo licitatório

iniciado, com a realização das primeiras audiências públicas prevista para o segundo semestre do ano.

Outro ponto que gerou interesse da CGFLOP foi a apresentação sobre uma nova metodologia que está sendo testada pelo SFB para fazer o monitoramento das áreas sob concessão florestal. Conhecida pelo nome Lidar, derivada do nome em inglês, Light Detection and Ranging, a tecnologia de varredura a laser faz o mapeamento das áreas em três dimensões, obtendo também dados sobre o que está abaixo das copas das árvores, o que permite analisar a estrutura do sub-bosque e a biomassa estocada, por exemplo.

As reuniões da CGFLOP ocorrem ordinariamente duas vezes por ano. A comissão, formada por representantes dos setores público, privado e terceiro setor, é o órgão de natureza consultiva do SFB e tem por finalidade assessorar, avaliar e propor diretrizes para a gestão das florestas públicas brasileiras.

Publicado: sexta-feira, 30 de maio de 2014, 10h30.

Assentamentos com manejo florestal estão entre primeiros do Piauí a receber Bolsa Verde

Agricultores familiares conservam quase o dobro de cobertura florestal que determina a legislação ambiental. Programa Bolsa Verde valoriza famílias que mantêm florestas



Agricultores familiares que recebem apoio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para realizar o manejo florestal sustentável em assentamentos do Piauí estão entre os primeiros beneficiários do Programa Bolsa Verde no estado.

O Programa de Conservação Ambiental Bolsa Verde é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300,00 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental e fazem o uso sustentável de recursos naturais, em atividades como o manejo florestal.

“É sem dúvida o reconhecimento do serviço ambiental que os assentados prestam. E por outro lado possibilita a sociedade perceber que assentamentos também promovem a sustentabilidade. Assentados e assentamentos são vistos muitas vezes como degradadores e o Bolsa Verde é uma forma de a sociedade perceber que não”, afirma o engenheiro florestal responsável pelos planos de manejo das famílias, Cristiano Cardoso, ligado à Fundação Apolônio Salles (Fadurpe), organização contratada pelo SFB para a prestação de assistência técnica florestal aos assentamentos.

Segundo a agricultora familiar Francisca Iolanda Silva, do assentamento Serra do Batista, localizado no município de Lagoa Seca, o recurso tem sido útil na compra de remédios e de alimentos. “Ajuda demais, é muito bom”, diz.

Sustentabilidade

Por meio do manejo, as cerca de 30 famílias podem extrair, de forma sustentável, produtos madeireiros e não-madeireiros da Caatinga, como lenha, mel, forragens e frutos. A área destinada a essa atividade nos assentamentos beneficiados – Arizona I, Arizona II, Canaã e Serra do Batista, todos localizados em Lagoa Seca – soma mais de 2.000 hectares.

A engenheira florestal da Unidade Regional Nordeste do SFB, Maria Auxiliadora Gariglio, afirma que essa atividade econômica contribui duplamente para a conservação do bioma. Primeiro, porque o manejo mantém a floresta em pé. Ao adquirir valor e ajudar na renda, a vegetação não é desmatada.

“O Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) é um ótimo instrumento de conservação ambiental, pois usa apenas 1/15 da área total por ano, todo o resto está conservado, porque não pode caçar, não pode pôr fogo e não pode cortar. Os outros 14/15 que não podem ser manejados naquele ano estão absolutamente conservados”, afirma.

O segundo motivo é que o assentamento só tem seu PMFS autorizado se estiver em dia com toda a legislação ambiental. “Essa é outra vantagem do manejo. O assentamento necessariamente precisa se adequar às questões ambientais, como ter reserva legal averbada, área de preservação permanente mantida e licenciamento aprovado. O Plano só é aprovado depois que todas essas questões estão resolvidas”, diz.

O resultado é que a área conservada vai bem além dos 20% que a lei exige para propriedades rurais na Caatinga. Somados com a área do manejo, os assentamentos atendidos apresentam 38%, ou seja, quase o dobro, da vegetação conservada.

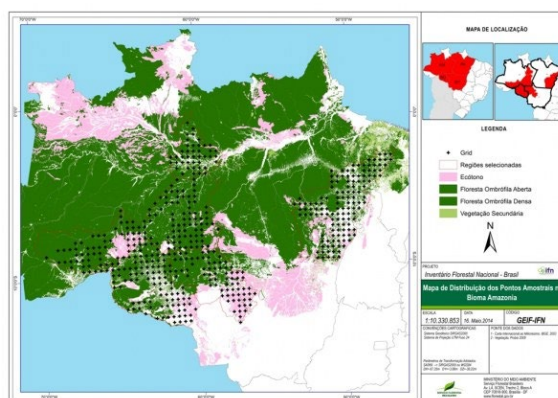
Os assentamentos apoiados pelo SFB são pioneiros em diversos aspectos: foram os primeiros do estado a realizar o manejo florestal e os primeiros a formar uma brigada florestal voluntária contra incêndios. Após começarem a trabalhar com o manejo, os agricultores adicionaram uma fonte de renda além da agricultura e criação de pequenos animais, e poderão avançar ainda mais, pois já pensam em montar uma serraria para agregar valor à madeira do manejo.

Além do Piauí, o SFB também apóia a prestação de assistência técnica florestal em assentamentos na Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

Publicado: quarta-feira, 28 de maio de 2014, 10h33.

Inventário Florestal Nacional na Amazônia terá início este ano

Edital para contratar trabalhos de campo está aberto e será apresentado pelo Serviço Florestal em quatro capitais entre os dias 20 e 23/05



O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) apresenta entre os dias 20/05 e 23/05 em Manaus (AM), Cuiabá (MT), Porto Velho (RO) e Belém (PA), em parceria com órgãos ambientais estaduais, o [edital](#) que irá contratar empresas para realizar a coleta de dados de campo referente à primeira etapa do Inventário Florestal Nacional (IFN) na Amazônia.

O Inventário, uma das maiores ações já realizadas para conhecer as florestas do país “por dentro”, é coordenado pelo SFB e, na Amazônia, terá início pela região conhecida como Arco do Desmatamento. Essa iniciativa trará, pela primeira vez, dados sistematizados e periódicos sobre a condição das florestas de todo o país em termos de qualidade e a quantidade.

Por ser baseado na coleta de dados em campo, o IFN levantará informações sobre espécies existentes, altura e diâmetro das árvores, biomassa, entre diversos outros parâmetros úteis na elaboração de políticas públicas para promover o uso e a conservação de florestas. Há ainda o componente socioambiental, baseado em entrevistas com moradores para conhecer sua relação com o recurso florestal.

Edital

O edital lançado pelo SFB no dia 09/05 usará recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Fundo Amazônia, para a contratação de empresas especializadas. Os interessados têm até 30/05 para encaminhar propostas. Os contratos terão duração de 18 a 20 meses.

Nesta licitação, a região de abrangência foi dividida em cinco áreas que gerarão, cada uma, um contrato diferente: todo o estado de Rondônia, a parte Sul do estado do Amazonas, região de Manaus (AM), Noroeste do Mato Grosso e Sudeste do Pará.

O trabalho de campo nessas cinco áreas envolverá a coleta de dados em quase 2.000 pontos amostrais, localizados em coordenadas geográficas pré-determinadas pelo SFB. Essas coordenadas formam uma “grade” na qual cada ponto situa-se a 20 quilômetros dos outros.

Para demonstrar como essas atividades deverão ser realizadas, o SFB realizará treinamento para os profissionais das empresas vencedoras da licitação, em ambiente semelhante àqueles que as equipes encontrarão em campo. Ficará a cargo de cada empresa elaborar o planejamento logístico de suas ações.

O Inventário Florestal Nacional já está em curso em seis estados do Sul, Sudeste e Nordeste. Santa Catarina foi o primeiro estado a concluir a coleta e a ter seus resultados divulgados.

Serviço

Reuniões para apresentação do edital da primeira etapa do IFN na Amazônia:

20/05 - Manaus/AM – às 10h, no Auditório do Anexo da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Avenida Djalma Batista, nº 2470 - Chapada (Em frente ao Amazonas Shopping);

21/05 - Cuiabá/MT – às 8h, Parque Estadual Massairo Okamura, Auditório da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Avenida Historiador Rubens de Mendonça, s/n, ao lado do Tribunal Regional Eleitoral;

22/05 - Porto Velho/RO – às 8h, Oscar Hotel. Avenida Sete de Setembro, Nº 934, Centro;

23/05 - Belém/PA – às 8h, Auditório da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Travessa Lomas Valentinas, Nº 2.717, Edifício Itacaiúnas, andar térreo, Bairro do Marco.

Publicado: terça-feira, 20 de maio de 2014, 10h35.

Serviço Florestal lança edital para a realização do Inventário Florestal Nacional na Amazônia

Objetivo é contratar empresas para fazer a coleta de dados em campo em cerca de 2.000 pontos localizados na região conhecida como Arco do Desmatamento. SFB fará reuniões sobre o edital em Manaus (AM), Cuiabá (MT), Porto Velho (RO) e Belém (PA) a partir do dia 20/05

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) lançou nesta sexta-feira, 09/05, o [edital](#) que marcará o início do Inventário Florestal Nacional (IFN) no bioma da Amazônia. Essa ação conta com recursos do Fundo Amazônia, disponibilizados por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O IFN é uma iniciativa promovida pelo SFB com o objetivo de levantar informações sobre os recursos florestais do país de forma sistematizada e periódica. Seus dados são baseados na coleta de dados em campo, ou seja, diretamente na floresta, o que permite obter maior diversidade de informações e com maior precisão.

Na Amazônia, o Inventário começará a ser realizado em uma região onde a floresta possui maior vulnerabilidade, conhecida como Arco do Desmatamento. O edital visa contratar o trabalho de campo em cinco áreas nesse raio de abrangência: todo o estado de Rondônia, sul do estado do Amazonas, região de Manaus (AM), noroeste do Mato Grosso e sudeste do Pará. Cada uma delas vai gerar um contrato diferente entre a empresa vencedora da licitação e o SFB, com prazo de duração entre 18 e 20 meses.

Ao todo, o trabalho a ser realizado envolverá a coleta de dados em cerca de 2.000 lugares já definidos, chamados de pontos amostrais. Esse conjunto forma uma “grade” onde cada ponto está sempre a 20 quilômetros do ponto vizinho mais próximo.

Em cada ponto amostral, equipes formadas por engenheiros florestais e outros profissionais deverão realizar medições como as de altura e diâmetro das árvores; verificar as espécies presentes, a existência de epífitas (plantas que crescem sobre outras, como bromélias); realizar a coleta de solos e de material botânico (folha, flores e frutos), entre diversas outras atividades. Esses dados permitirão conhecer, por exemplo, o nível de degradação ou preservação dos recursos florestais.

O Inventário também irá revelar a percepção das populações locais sobre a existência, uso e conservação dos recursos florestais. Para cada ponto amostral, serão entrevistados moradores em um raio de até dois quilômetros.

A grade de pontos amostrais do Inventário no país envolve mais de 20 mil conglomerados, sendo cerca de 7 mil apenas na Amazônia. O trabalho de campo

nos demais pontos necessários à conclusão do IFN nesse bioma serão objeto de outra contratação.

Atualmente, sete estados do país estão em fase de coleta de dados: Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul. Esse trabalho já foi encerrado no Distrito Federal e Santa Catarina, que foi o primeiro a concluir e a divulgar os resultados.

Para realizar o IFN, o SFB conta com parcerias com governos estaduais, universidades e instituições de pesquisa.

LICITAÇÃO - SAIBA MAIS

A licitação para contratar a realização do trabalho de campo na primeira etapa do IFN no Bioma Amazônico será realizada por pregão eletrônico, pelo Portal de Compras do Governo Federal, o [Comprasnet](#). Os interessados têm até o dia 30/05, antes das 9h, para encaminhar suas propostas. Nesse horário, terá início a sessão de abertura delas.

Informações sobre o pregão podem ser obtidas pelo email cpl@florestal.gov.br.

Veja o [aviso da licitação](#) publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 09/05.

Publicado: sexta-feira, 09 de maio de 2014, 10h56.

Serviço Florestal capacita policiais militares de Goiás e do DF em identificação de madeira

Atividade fortalece capacidade dessas instituições em atuar contra crimes ambientais em suas unidades da federação



Policiais militares do Batalhão Ambiental de Goiás e do Distrito Federal participam até esta sexta-feira, 09/05, de um curso sobre identificação de madeiras promovido

pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) por meio do Laboratório de Produtos Florestais (LPF).

A atividade auxiliará os policiais a reconhecerem com maior precisão espécies de madeiras principalmente do Cerrado e da Amazônia, o que contribuirá para fortalecer a capacidade desses órgãos em atuar contra crimes ambientais em suas unidades da federação.

Uma das fraudes mais conhecidas no mercado de madeira é transportar ou vender uma espécie como se fosse outra. “Existem madeiras que não podem ser cortadas e comercializadas, mas as pessoas cortam e transportam fazendo tal madeira se passar por outra espécie que é permitido o corte e a comercialização”, afirma a capitã do Batalhão Ambiental da Polícia Militar de Goiás Sônia Barbosa dos Santos.

Um exemplo daquelas que sofrem restrição ao comércio é o mogno. Porém, como sua aparência é muito semelhante às do cedro, da andiroba e do curupixá, que não são proibidas de corte, é necessário saber diferenciá-las para descobrir se um mogno está sendo transportado como se fosse uma das espécies citadas, por exemplo.

“No momento em que as equipes fiscalizam as madeireiras, precisamos saber se aquela madeira é legal ou ilegal, conhecer os tipos de madeira, para que possamos fazer a identificação. Ao conferir toda a documentação, ali vem especificado todo tipo de madeiras que ela tem. Daí, conferimos com o que está descrito”, afirma o tenente Leomar Fernandes Santos.

Carvão

O curso também mostra como diferenciar madeiras nativas daquelas de florestas plantadas. Esse conhecimento é útil quando se trata de fiscalizar cargas de carvão, por exemplo. Há casos em que o carvão é vendido como se fosse obtido de eucalipto de florestas plantadas, mas foi produzido a partir de árvores nativas do Cerrado.

Segundo o tenente Fernandes, os 11 policiais da corporação que realizam o curso terão a missão de multiplicar os conhecimentos para outros profissionais da Polícia Militar de Goiás. Os policiais que participam da capacitação atuam nos municípios de Caldas Novas, Goiânia, São Luís de Montes Belos, Uruaçu e outros do estado. A capacitação também conta com cinco policiais do Batalhão Ambiental da PMDF.

Entre 2007 e 2009, segundo dados do Ibama, Brasília foi o 4º município que mais recebeu madeira serrada dos estados da Amazônia Legal, com 174 mil metros cúbicos. Goiânia foi o 10º, com cerca de 140 mil metros cúbicos.

O LPF, que é um dos laboratórios de referência no estudo de madeiras no país, já realizou diversos cursos de identificação de madeira para analistas do Ibama,

policiais e para técnicos de órgãos ambientais estaduais e municipais. Em 2012 e 2013, por exemplo, o LPF realizou cursos para a Polícia Civil do DF e também para agentes da Polícia Federal.

Publicado: quinta-feira, 08 de maio de 2014, 10h59.

Pesquisa que facilita identificação de madeiras recebe apoio da ITTO e da Cites

Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal estuda tecnologia que pode ajudar a combater comércio ilegal do mogno, espécie ameaçada de extinção



As pesquisas do Laboratório de Produtos Florestais (LPF/SFB) que avaliam o uso da luz infravermelha para distinguir o mogno de outras espécies muito parecidas terão o apoio da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO) e da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites).

O LPF desenvolverá metodologia para o uso de aparelhos portáteis a fim de avaliar se eles discriminam a madeira de mogno com a mesma confiabilidade dos equipamentos de bancada (que fornecem resultados mais precisos, exatos e confiáveis e usados em ambiente de laboratório).

“É uma tecnologia que, se for confirmada, pode ser revolucionária nessa área específica de interesse”, afirma o coordenador do Programa ITTO-Cites para a América Latina, Ivan Tomaselli, que participou junto com o coordenador-geral do Programa ITTO-Cites, Steven Jonhson, de reunião no SFB no dia 16/04.

Tecnologia contra o comércio ilegal

O mogno é uma espécie ameaçada de extinção, de alto valor, e que tem seu comércio internacional restrito pela Cites, da qual o país é signatário. Mas como

sua madeira é muito parecida com as de cedro, andiroba e curupixá, uma fraude possível é transportá-la irregularmente como se fosse uma dessas espécies.

Um especialista em identificação de madeiras consegue, a olho nu, dizer se uma madeira é mogno ou não. Mas como a formação desse profissional leva anos, o LPF foi buscar uma forma eletrônica de distinguir a madeira que seja acessível a qualquer um.

Com o uso de um espectrômetro (equipamento que emite luz infravermelha) de bancada, os pesquisadores do LPF conseguiram tirar a “impressão digital” do mogno, do cedro, da andiroba e do curupixá baseada na composição química única de cada um e viram que é possível distinguir as espécies com essa tecnologia que sempre é associada à análise estatística.

Agora, segundo a pesquisadora do LPF Tereza C. M. Pastore, o objetivo é descobrir se o espectrômetro portátil – cujo tamanho é pouco maior que uma *webcam* – consegue o mesmo resultado. Isso permitiria a um fiscal descobrir em poucos segundos e no local onde estiver – por exemplo, um porto – se há mogno sendo vendido ilegalmente. Ou seja, sem a necessidade de enviar a amostra a um laboratório. A ideia é adquirir os aparelhos ainda neste semestre para começar os testes.

Segundo o professor do Instituto de Química da Universidade de Brasília (IQ/UnB) Jez Braga, nessa nova fase se buscará transferir o método que a equipe já desenvolveu do equipamento de alta performance para um equipamento portátil e usar o equipamento portátil em campo. O IQ tem participado no desenvolvimento e validação dos métodos de análise matemática e estatística de dados químicos.

O projeto terá o apoio do Programa ITTO-Cites pelos próximos dois anos.

Publicado: segunda-feira, 05 de maio de 2014, 11h02.

Manejo florestal conquista espaço na Caatinga

Com ações nos principais elos da cadeia produtiva florestal, SFB busca valorizar bioma, que mantém cerca de 50% da cobertura, via uso sustentável e conservação. Dia da Caatinga é comemorado nesta 2ª feira



A Caatinga, cuja data comemora-se nesta segunda-feira, 28/04, ainda mantém cerca de 50% de sua cobertura. Para contribuir com sua conservação, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) adotou uma estratégia diferenciada: fomentar a sustentabilidade não somente em uma ponta, mas nos principais atores da cadeia da lenha, principal produto florestal do bioma.

As ações abrangem desde aqueles que produzem o insumo – agricultores familiares em assentamentos da reforma agrária, por exemplo – aos segmentos industriais que mais o consomem, como empresas ceramistas. Extensionistas e estudantes também são foco das atividades do SFB.

Nos últimos quatro anos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF/SFB) juntamente com o Fundo Clima, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), investiu mais de R\$ 7,5 milhões no apoio ao manejo florestal nos assentamentos, na capacitação para extensionistas que atendem agricultores familiares, na realização de cursos sobre manejo florestal para estudantes de escolas técnicas e na assessoria e apoio à eficiência energética para empresas do ramo de cerâmica vermelha nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

“A cadeia da lenha é curta, mas tem uma importância regional muito grande pelo volume de energia que é proveniente dos recursos florestais da Caatinga”, afirma o coordenador do FNDF, Fábio Chicuta. Estima-se em 25 milhões de metros estéreos o consumo anual de lenha no Nordeste.

Parcerias com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (MMA) e com o Fundo Socioambiental da Caixa ajudam a potencializar as ações.

Nova fonte de renda no sertão

O primeiro elo a ser trabalhado foi o dos agricultores familiares com o apoio à extração sustentável de lenha e de outros produtos florestais. “A gente atua no campo para que a floresta permaneça floresta”, diz o gerente de Capacitação e Fomento do SFB, João Paulo Sotero.

Mais de 1.700 famílias já receberam ou recebem assistência técnica nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí. Parte desses assentamentos estão próximos a polos industriais consumidores de lenha, do qual se tornam fornecedores.

Mais que abastecer a indústria, a lenha do manejo se tornou uma fonte de renda complementar à agricultura e à pecuária. É uma atividade feita na época da seca, quando a falta de chuvas dificulta outras atividades. No assentamento Paulista, em Pernambuco, cada família chegou a alcançar mais de R\$ 1.700,00 em 2013 com a atividade. “Juntamos a floresta ao bode e ao feijão”, diz o chefe da Unidade Regional Nordeste do SFB, Newton Barcellos.

Com a floresta se tornando um valor para a comunidade, o interesse em conservá-la aumentou. No Piauí, agricultores familiares formaram no ano passado a primeira brigada voluntária contra incêndios florestais com o apoio do SFB, Ibama (Prevfogo) e Incra. O objetivo? Proteger a floresta manejada.

Também no Piauí, assentados querem agora partir para uma nova etapa: agregar valor à madeira obtida com o manejo, uma vez que esse produto tem dimensões maiores que em outros locais do Nordeste. A ideia do grupo é montar uma serraria. Assim, em vez de simplesmente ser usada como lenha ou transformada em carvão, a madeira poderá ser beneficiada para a produção de pisos e caibros, por exemplo.

A gerente de Florestas Comunitárias do SFB, Elisângela Januário, destaca que os resultados também estão ligados à superação de determinadas questões. “Um dos grandes desafios para os produtores é gerenciar possíveis conflitos que podem surgir com o uso múltiplo de suas áreas individuais ou coletivas e desenvolver habilidades para acessar mercados e negociar com o setor empresarial. Essas habilidades de gestão e comercialização é que garantirão a sustentabilidade das atividades florestais”, afirma.

Assistência técnica

Com o crescimento do manejo comunitário, o SFB percebeu a necessidade de profissionais qualificados para atender os agricultores. “Começamos a ver que poderia haver alguns entraves ao manejo. Um deles era mão de obra. Poderíamos enfrentar a falta de profissionais qualificados para elaborar planos de manejo e implementá-los”, diz Sotero.

O FNDF passou então a lançar chamadas para instituições de assistência técnica e, até o momento, já capacitou cerca de 270 agentes de entidades estaduais, municipais e de organizações não governamentais interessadas em conhecer as técnicas dessa atividade produtiva. Ao mesmo tempo, o SFB realizou cursos sobre manejo florestal para cerca de 800 estudantes de escolas técnicas.

Segundo Newton Barcellos, é preciso romper com a visão tradicional de que assistência técnica deve ser apenas para agricultura e pecuária, a fim de que o manejo florestal receba mais atenção.

“A rede de assistência técnica é muito voltada para agricultura e pecuária. A floresta ainda é vista só como meio para proteger o solo, a beira do rio, ser abrigo para animais. Não é vista como forma de produção sustentável, um ativo que gera renda e reduz a pobreza”, afirma Barcellos.

Aos poucos, porém, pequenas mudanças vão acontecendo, seja no setor governamental ou privado. “Na Paraíba, engenheiros florestais recém-formados acabaram de abrir uma empresa e ganharam um edital de assistência técnica. É sinal de que está havendo mercado, que esse mercado interessa”, diz o chefe da Unidade Regional Nordeste.

Mercado

Dois segmentos industriais fortes – o de gesso e o de cerâmica – no Nordeste têm na lenha sua principal fonte energética. Estima-se que o Nordeste atenda à demanda por 95% do gesso usado no país. Já a indústria cerâmica, outro setor econômico relevante nessa região, cresce junto com a construção civil.

Esse cenário motivou o SFB a começar no ano passado assessoria a 18 empresas ceramistas da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte para promover eficiência no uso da lenha. Visitas às empresas, orientações sobre manejo de pátios e fornos, assessoria e cursos para os proprietários, gerentes e funcionários estão entre as ações promovidas.

A ação já chama a atenção de mais empresários. “A indústria ao lado viu as pessoas fazendo curso, viu que eles iriam para empresa modelo, isso começou a gerar demanda, pois não eram ações de comando e controle, eram ações de fomento, ou seja como fazer da melhor forma”, diz Sotero.

Um dos próximos passos do SFB será apoiar as empresas interessadas em mudança de tecnologia na elaboração de projetos para captação de recursos. O Fundo Clima do Ministério do Meio Ambiente, parceiro do SFB nestas iniciativas, por exemplo, tem uma linha de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para a redução de emissão de gases do efeito estufa.

Do campo à indústria, do agricultor ao empresário, as mudanças no semiárido aos poucos começam a acontecer: a Caatinga e sua vegetação vistas como um ativo, que é valorizado, capaz de atender à demanda por produtos florestais de forma sustentável, fazendo com que a “mata branca” desse bioma gere riqueza e benefícios para sua população.

Publicado: sexta-feira, 25 de abril de 2014, 11h33.

Empresa paraense vence concessão para 193 mil hectares na Flona do Crepori (PA)

Resultado foi publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 25/04. Serviço Florestal convocará a empresa para a assinatura dos contratos



A empresa paraense Brasad ´Oc Timber Comércio de Madeiras Ltda foi declarada vencedora de duas, das quatro unidades disponibilizadas para concessão florestal na Floresta Nacional do Crepori, no Pará, conforme resultado [publicado](#) no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 25/04.

Caso não seja interposto recurso dentro dos próximos cinco dias úteis, prazo concedido pela legislação, a empresa será convocada a assinar os contratos de concessão com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

As áreas a serem concedidas para a Brasad ´Oc são de 59,8 mil e de 134 mil hectares. O SFB também havia colocado unidades de 29 mil e de 219 mil hectares em licitação, para as quais não houve propostas.

Para concorrer a uma concessão, que permite extrair madeira de forma sustentável de florestas públicas, o interessado deve apresentar duas propostas, uma técnica e uma de preço.

A proposta técnica avalia quesitos como adoção de inovações técnicas e tecnologias associadas ao manejo florestal. Já a de preço se refere a quanto a empresa pagará pelo metro cúbico de madeira extraída e transportada.

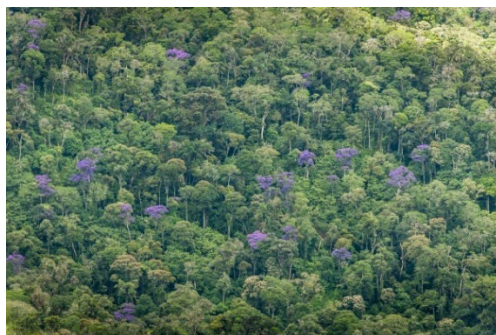
Ao realizar uma concessão, o SFB busca estimular a economia florestal de base sustentável na Amazônia, fazendo com que a floresta em pé gere riqueza para a região. Além de trazer madeira legal ao mercado e de gerar empregos verdes, a concessão estimula as melhores práticas ambientais e de negócio, a integração com comunidades e o controle social.

Atualmente, existem oito concessões em atividade, nas Florestas Nacionais (Flonas) do Jamari (RO), de Jacundá (RO) e Saracá-Taquera (PA).

Publicado: sexta-feira, 25 de abril de 2014, 11h05.

Espírito Santo é o próximo estado a participar do Inventário Florestal Nacional

Edital para contratar o levantamento de dados em campo está aberto e recebe propostas até 6 de junho



O Espírito Santo, estado que registra importantes remanescentes da Mata Atlântica, terá a quantidade e qualidade de suas florestas levantadas por meio do Inventário Florestal Nacional (IFN), iniciativa coordenada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

O edital que visa contratar as atividades em campo já está aberto e pode ser consultado no [site](#) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), entidade que opera os recursos obtidos pelo SFB com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) para a realização do IFN na região.

Principal etapa do IFN, o trabalho de campo consistirá na obtenção de dados por amostragem em 122 pontos, distribuídos pelos mais de 46 mil quilômetros quadrados do estado.

Em cada um desses pontos – que estão a 20 quilômetros uns dos outros –, equipes deverão registrar a quantidade de árvores, altura e diâmetro delas, coletar amostras das plantas e também de solo, identificar as espécies existentes no local, entre

outros. Também haverá entrevistas com moradores para conhecer sua percepção sobre os recursos florestais.

A empresa ou instituição que tiver interesse deve encaminhar sua proposta à FAO até o dia 6 de junho. Quem for contratado terá nove meses para realizar as atividades.

O levantamento em campo, que permite obter dados “de dentro” da floresta, trará insumos para formar o panorama desse recurso natural do estado. Como será repetido em todo o país a cada cinco anos, o IFN vai possibilitar a observação de tendências sobre crescimento ou perda de florestas e de espécies, por exemplo, fazendo com que os dados sejam úteis na elaboração de políticas públicas conforme as características e necessidades de cada região do país.

O IFN está em curso em seis estados do Sul, Sudeste e Nordeste. Santa Catarina foi o primeiro estado a concluir a coleta e a ter seus resultados divulgados.

Confira o [edital](#) no site da FAO, em Processo 004/2014; Projeto GCP/BRA/079/GFF– Fortalecimento da Política Nacional de Apoio à Gestão Sustentável dos Recursos Florestais.

Publicado: terça-feira, 15 de abril de 2014, 11h36.

Inventário Florestal Nacional é realizado no estado de Sergipe

Trabalho começou em fevereiro pela região leste do estado. Levantamento deve ser concluído em agosto

Fazendas, campos abertos, mata fechada. Não importa se no perímetro urbano ou no setor rural, os 177 pontos amostrais apontados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) com a finalidade de avaliar a abundância, estado e condição dos recursos florestais do estado de Sergipe, com intuito de dados serem inclusos ao Inventário Florestal Nacional (IFN), continuam a ser avaliados dia a dia. A coleta de dados biofísicos e socioambientais, que começou em fevereiro deste ano, vem sendo realizada por engenheiros agrônomos, florestais e biólogos, equipe contratada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh/SE).

O trabalho realizado pela Semarh, em parceria com o SFB, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), tem a previsão de ser concluído em agosto de 2014. No IFN, a produção de estatísticas baseia-se em processos de amostragem, os quais são realizados em diferentes etapas que compõem a tarefa do Inventário em nível nacional.

Segundo explica o secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos em Sergipe, Genival Nunes, Sergipe teria originalmente coleta em 55 pontos

amostrais para levantar os recursos florestais. Entretanto, esse número passou para 177 pela necessidade de o Governo do Estado obter mais informações sobre as regiões onde se localizam os principais mananciais hidrográficos. “O inventário é fundamental por fomentar e aprimorar a implementação de políticas públicas para a conservação das florestas”, ressaltou Genival Nunes.

Com carta de apresentação na mão, que explica a importância do IFN e gentilmente solicita permissão para adentrar nas áreas rurais privadas, a equipe de profissionais iniciou a operação de percorrer os 177 pontos amostrais pela zona leste do estado. Segundo o engenheiro florestal Thiago Frederico Nascimento Lima, atualmente a equipe está avaliando a região leste, abrangendo a mesorregião litorânea, onde tem a cidade de Itabaininha por ponto de origem para o início da operação. “Através desse ponto de partida as equipes se espalham por municípios ao redor, onde a distância entre pontos amostrais [selecionados pelo SFB] é de, em média, 20 a 20 km”.

As coordenadas dos pontos nas regiões percorridas são dadas à equipe pelo SFB, onde a ação em campo é feita com o auxílio do GPS. Por dia, quatro entre os pontos amostrais são avaliados pelas equipes em campo. No início da operação do IFN, no mês de fevereiro, o primeiro ponto central teve como município base dos trabalhos a cidade de Capela. Para cobrir os 177 pontos amostrais ainda serão cobertas as regiões do Agreste e a do Sertão.

Porteiras adentro

No fim de semana do dia 07/04, dentre outros pontos amostrais, a equipe também esteve no município de Santa Luzia do Itanhhy. Um dos pontos amostrais foi o da Fazenda Castelo, antigo engenho de açúcar. Na área, conforme em todos os pontos amostrais rurais, os profissionais avaliam o aspecto biofísico da região, a qual compreende número de árvores, diâmetro, altura, e coleta de solo e de material botânico.

Segundo explicou Francineide Bezerra Gonçalves, engenheira florestal da equipe, além de gerar informações sobre a quantidade e a qualidade das florestas em Sergipe, o inventário tem o objetivo de saber como a população se relaciona com esse recurso natural. Para isso um formulário desenvolvido pelo SFB está sendo aplicado às comunidades do entorno.

Residente na Fazenda Castelo, a dona de casa Raquel Alves dos Santos responde a uma das perguntas do formulário, que corresponde ao que a moradora poderia fazer para o benefício da manutenção da floresta na área. De forma simples e coerente, diz “não jogar plástico no riacho da fazenda”.

Após trabalho socioambiental na fazenda, dois dos 10 pontos amostrais foram realizados no centro urbano de Santa Luzia.

Com informações da Assessoria de Comunicação da Semarh/SE

Publicado: sexta-feira, 11 de abril de 2014, 11h54.

SFB divulga Relatório de Gestão de Florestas Públicas

O relatório apresenta dados sobre o mapeamento das florestas públicas, o andamento das concessões florestais federais e sobre os recursos aplicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal



Está disponível [aqui](#) o Relatório de Gestão de Florestas Públicas – 2013. O documento relata as principais ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que tem como missão promover o uso econômico e sustentável das florestas.

No documento são apresentados os avanços nos processos de concessões florestais federais, dados do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) e informações sobre a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), no decorrer do ano passado.

De acordo com informações do CNFP apresentadas no Relatório, o Brasil possui mais de 310 milhões de hectares de florestas públicas, o que corresponde a cerca de 37% do território nacional. As áreas estão sob gestão da união, dos estados e dos municípios e apresentam diversos tipos de usos, indo desde a conservação da biodiversidade até o manejo sustentável de espécies madeireiras e não-madeireiras.

O Relatório de Gestão 2013 também apresenta os avanços nos processos de concessões das florestas públicas federais, com destaque para a publicação de três editais de concessões para as Florestas Nacionais de Crepori, Amana e Altamira, todas no Pará; para a assinatura do contrato de concessão na Flona de Jacundá (RO) e para a ampliação da produção nas Flonas de Jamari (RO) e Saracá-Taquera (PA).

Parte das arrecadações obtidas através das concessões é destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. No decorrer do ano de 2013, o Fundo viabilizou, através de parcerias e recursos próprios, a aplicação de cerca de R\$ 3,5 milhões em 65 projetos de fortalecimento do manejo florestal comunitário e da gestão de negócios madeireiros nos biomas da Amazônia, Caatinga e Cerrado.

Segundo o diretor-geral substituto do SFB, Marcus Vinicius Alves, mais do que atender a um comando legal, o Relatório de Gestão das Florestas Públicas faz parte de uma estratégia de comunicação do SFB, que tem dentre seus valores a transparência e a participação social e cooperação. “Esse relatório é mais um canal do Serviço Florestal para divulgar dados relevantes aos tomadores de decisão e prestar contas a sociedade sobre como estão sendo geridas as florestas públicas brasileiras”, afirmou.

Publicado: quarta-feira, 09 de abril de 2014, 11h55.

Serviço Florestal abre inscrições para 49 vagas

As vagas são para as unidades regionais do órgão em Santarém-PA, Porto Velho-RO, Natal-RN e Curitiba-PR e para a sede em Brasília-DF



Começa hoje, 09/04, e vai até o dia 16/05 o período de inscrição para o concurso público e processo seletivo simplificado do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Ao todo o órgão irá contratar 49 novos servidores, sendo 24 para cargos efetivos, com lotação nas unidades regionais (UR) de Santarém-PA, Porto Velho-RO, Natal-RN e Curitiba-PR e 25 para cargos de contratação temporária com lotação em Brasília-DF.

O concurso para o cargo de Analista Ambiental efetivo é dividido em duas áreas de concentração, sendo oito vagas para a Área de Concentração I e 15 vagas para a Área de Concentração II. Os cargos não exigem experiência prévia e são abertos para candidatos com nível superior em qualquer área de formação.

Já o processo seletivo para a contratação de servidores temporários possui nove áreas de concentração e exige experiência prévia de três ou cinco anos, ou titulação

de especialização Lato Sensu, Mestrado ou Doutorado, dependendo do nível do cargo. Para concorrer a algumas das áreas, os candidatos deverão ter diploma de graduação em áreas específicas como Administração, Direito, Economia, Ciência Política, Relações Internacionais, Engenharia Florestal, Agronomia, Biologia, Ciências da Terra, Engenharia Agrônômica, Engenharia Cartográfica, Engenharia Florestal, Engenharia Civil, Geografia, Geologia e Informática.

A remuneração inicial do cargo de Analista Ambiental é de R\$ 6.478, podendo chegar até R\$ 6.902, com adicional de titulação, e de R\$ 6.130 e R\$ 8.300, no caso dos Técnicos de Nível Superior de contratação temporária, que correspondem aos níveis IV e V, respectivamente.

As provas têm realização prevista para o dia 08/06 e contarão com questões de conhecimentos básicos (Língua Portuguesa, Direito Constitucional e Direito Administrativo) e conhecimentos específicos de cada área. Ambas as seleções são organizadas pelo Instituto Quadrix.

Para mais informações acesse os editais: [Concurso - Efetivos UR](#) e [Processo Seletivo - Temporários](#).

Publicado: terça-feira, 08 de abril de 2014, 12h26.

Plano de Outorga Florestal 2015 está aberto à consulta pública

Interessados podem encaminhar sugestões até o dia 2 de maio



O Serviço Florestal Brasileiro abriu para consulta pública o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2015, documento elaborado anualmente com o objetivo de planejar a produção florestal sustentável por intermédio da concessão de florestas públicas.

O Plano descreve as áreas que poderão ser submetidas à concessão, meio pelo qual empreendedores podem ter acesso a florestas públicas para praticar manejo florestal sustentável e explorar produtos e serviços. Esse ano, além das áreas em Florestas Nacionais, o Plano destaca uma área de floresta pública não destinada de domínio da União, com interesse do SFB, para a concessão no estado do

Amazonas. No total, o PAOF 2015 traz nove áreas que totalizam 3,4 milhões de ha. O prazo para envio de sugestões vai até 2 de maio.

As sugestões podem ser encaminhadas por órgãos federais, estaduais e municipais, ou qualquer pessoa da sociedade civil, e serão avaliadas para a elaboração do documento final, que será publicado até 31 de julho.

O PAOF é um documento instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, Lei nº 11.284/2006 e sua elaboração envolve consulta ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para a definição das Florestas Nacionais, ao Conselho de Defesa Nacional, uma vez que envolve áreas em região de fronteira, à Secretaria do Patrimônio da União e à Comissão de Gestão de Florestas Públicas.

As contribuições devem ser enviadas para o e-mail planejamento@florestal.gov.br. Para acessar a versão preliminar do Plano, [clique aqui](#).

Publicado: quarta-feira, 02 de abril de 2014, 12h30.

Empresa apresenta propostas de preço para manejo na Floresta Nacional do Crepori

As propostas tiveram ágio de 35% e 16% em relação ao preço mínimo determinado pelo edital de concessão



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

Foi realizada nesta terça-feira, 01/04, na sede do Serviço Florestal Brasileiro, sessão pública de abertura das propostas de preço relativas ao processo de licitação de lotes da Floresta Nacional (Flona) do Crepori, localizada no município de Jacareacanga, sudoeste do Pará.

Durante a sessão foram abertos os envelopes com as propostas de preço da empresa Brasad'Oc Timber Comércio de Madeira Ltda. para as unidades de manejo florestal (UMF) II e III, que possuem com cerca de 130 mil e 60 mil hectares, respectivamente.

O preço mínimo do metro cúbico proposto pelo edital de concessão foi de R\$ 16,38. A proposta da empresa para a UMF II foi de R\$ 22 por metro cúbico, o que representa 34,47% de ágio no valor a ser repassado ao governo pela madeira extraída. Já para a UMF III o valor oferecido foi de R\$ 19 por metro cúbico de madeira, o que corresponde a um ágio de 16%.

A proposta técnica apresentada pela empresa já está em processo de avaliação pela equipe do órgão. O resultado final do processo de licitação corresponde ao somatório dos pontos obtidos nas propostas técnica e de preço e será apresentado em breve.

Localizada na área de influência da BR 163 (rodovia Cuiabá-Santarém), a Floresta Nacional do Crepori foi criada no ano de 2006 e possui área total de aproximadamente 740 mil hectares. De acordo com o plano de manejo da unidade de conservação, cerca de 500 mil hectares podem ser destinados ao manejo florestal sustentável.

Dentre as espécies florestais comerciais encontradas na área da Flona destacam-se: o Amapá (*Brosimum rubescens* Taub.), o Angelim-vermelho (*Dinizia excelsa* Ducke), os Ipês (*Tabebuia* sp.), a Maçaranduba (*Manilkara huberi* Ducke Chev.) e a Muiracatiara (*Astronium lecointei* Engl.), dentre outras.

Publicado: quarta-feira, 02 de abril de 2014, 12h28.